



5^o Encontro de
Gestores de RPPS
do Estado de Mato Grosso

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Déficit Atuarial:
Sua composição, análise e medidas que
minimizem
impactos nos resultados previdenciários

Cenário Atual

- Antes de falarmos em Déficit Atuarial...

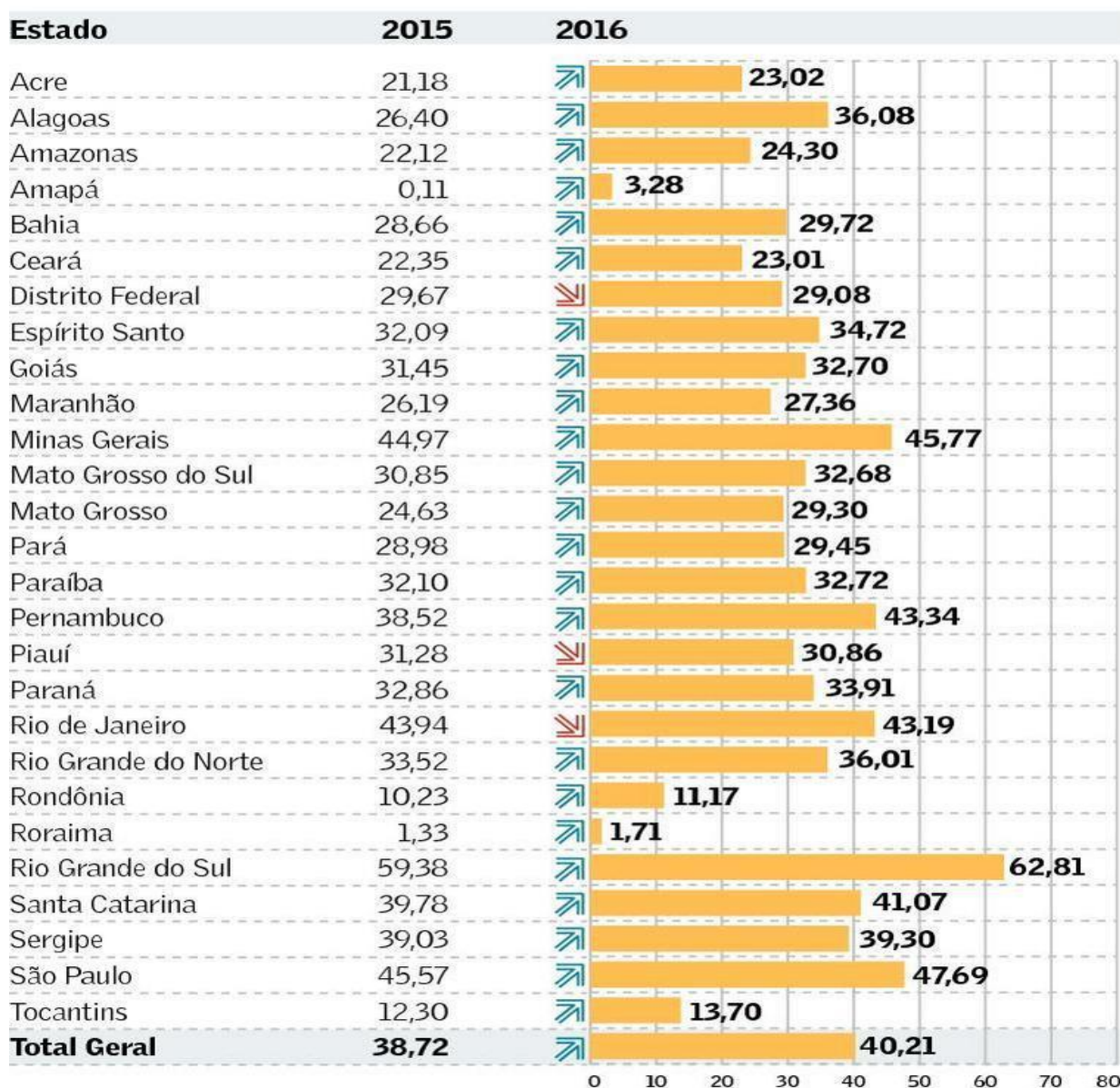
Cenário Atual

- Regimes Próprios: Despesas com Inativos e Pensionistas

Fonte Valor Econômico 03/04/2017

Despesa com inativos e pensionistas avança

Gasto em relação à despesa bruta com pessoal – em %



Cenário Atual

Evidencia: os **Estados** enfrentam o avanço das despesas com inativos.

Em apenas um ano, de 2015 para 2016, os inativos e pensionistas avançaram de 38,72% para 40,2% da despesa bruta de pessoal total dos Estados. Enquanto a despesa com inativos avançou praticamente **10%** de um ano para outro, o gasto bruto total de pessoal cresceu 6%. No mesmo período a fatia da despesa com ativos caiu de 60,41% para 58,19% da despesa de pessoal

Cenário Atual

O levantamento leva em conta dados do relatório de gestão fiscal do Poder Executivo de **26** Estados, além do **Distrito Federal**. Apenas três Estados não tiveram avanço com o pagamento a aposentados e pensionistas de 2015 para o ano passado e nove registraram avanço acima de dois pontos percentuais. Mesmo retirando do dado agregado os Estados com altas despesas de pessoal e que decretaram calamidade financeira **Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais** a despesa com aposentados e pensionistas avança de 35,13% para 36,8% da despesa de pessoal.

Cenário Atual

- Regimes Próprios Municipais – com problemas semelhantes dos RPPS Estaduais

Cenário Atual

➤ *Alguns Números....*

*Fonte: Apresentação do Sr. Claudio Henrique Soares da Cruz –
Coordenador de Acompanhamento Atuarial*

MF - Ministério da Fazenda

SPREV - Secretaria de Previdência

SRPPS - Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

NATAL - RN - 06 DE ABRIL DE 2017

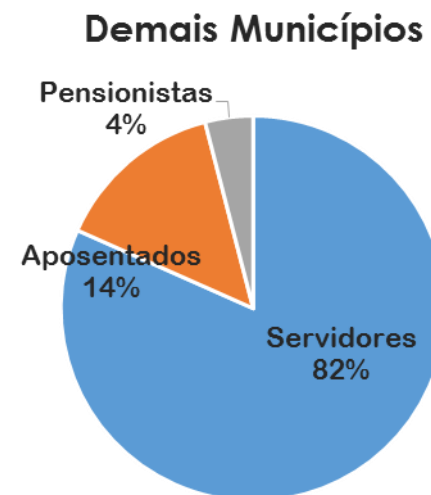
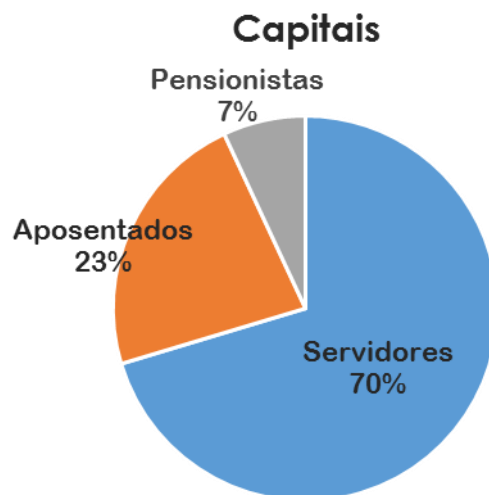
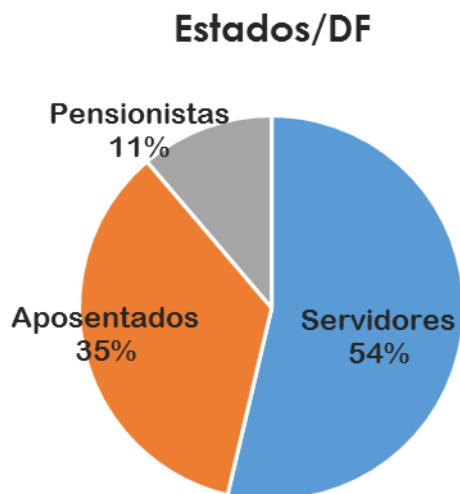
VI SIMPÓSIO DE ATUÁRIA

Quantidade de Segurados dos RPPS

	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO ATIVOS / APOSENTADOS	RELAÇÃO ATIVOS / APOS. + PENS.
UNIÃO	1.216.769	572.286	409.953	2.199.008	2,1	1,2
ESTADOS/DF	2.668.253	1.552.047	506.603	4.726.903	1,7	1,3
MUNICÍPIOS	2.423.871	477.604	134.849	3.036.324	5,1	4,0
TOTAL	6.308.893	2.601.937	1.051.405	9.962.235	2,4	1,7

Fonte: SRPPS/SPREV/MF - Dados consolidados para Anuário Estatístico da Previdência Social - 2015

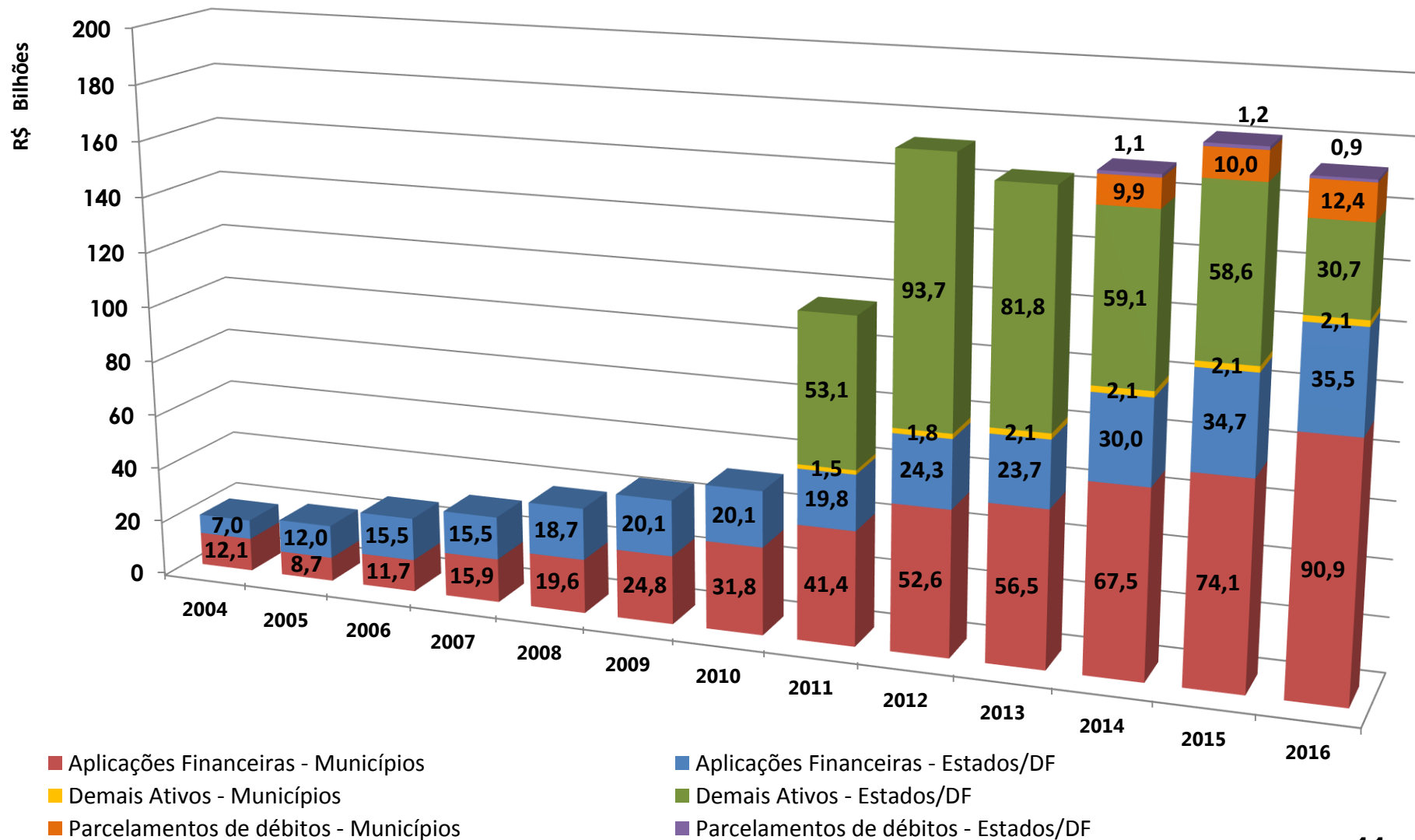
Observação: Incluídos servidores civis e militares.



RPPS - INVESTIMENTOS E OUTROS BENS, ATIVOS E DIREITOS - 2016

SEGMENTO	ESTADOS/DF	MUNICÍPIOS	TOTAL	%
Renda Fixa	32.150.511.985,70	84.942.181.059,71	117.092.693.045,42	67,87%
Renda Variável	2.423.866.786,66	5.457.986.924,94	7.881.853.711,60	4,57%
Disponibilidades Financeiras	921.750.769,12	501.652.792,85	1.423.403.561,97	0,83%
Total Aplicações Financeiras	35.496.129.541,48	90.901.820.777,50	126.397.950.318,98	73,26%
Demais bens, direitos e ativos	30.712.001.847,30	2.112.224.227,73	32.824.226.075,03	19,03%
Parcelamentos de débitos	936.145.513,65	12.373.017.913,06	13.309.163.426,71	7,71%
Total Outros Ativos	31.648.147.360,95	14.485.242.140,79	46.133.389.501,74	26,74%
Total Geral	67.144.276.902,43	105.387.062.918,29	172.531.339.820,72	100,00%

CAPITALIZAÇÃO DE RECURSOS DOS RPPS - 2004/2016

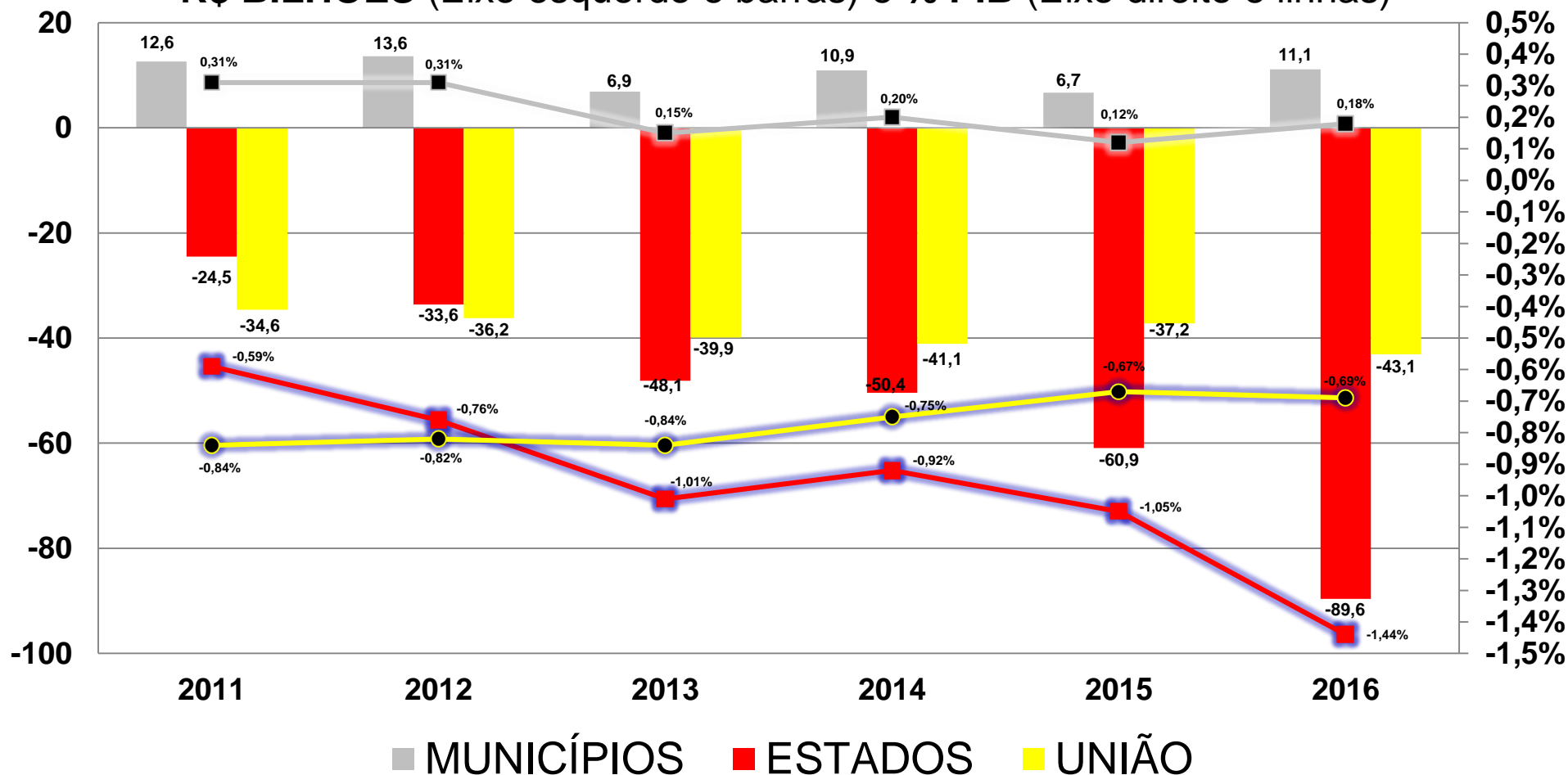


DADOS GERAIS SOBRE OS RPPS - PPA - RESULTADO FINANCEIRO

ESFERA DA FEDERAÇÃO	INDICADOR RESULTADO OPERACIONAL ANUAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MUNICÍPIOS (DIPR)	RECEITA TOTAL	26.961.682.039,25	31.088.233.748,03	29.910.450.496,40	36.370.598.073,75	39.765.633.706,80	53.226.427.576,38
	DESPESA TOTAL	14.322.947.391,08	17.483.780.566,98	22.918.832.660,48	25.424.985.840,35	33.050.700.375,14	42.117.873.637,18
	RESULTADO OPERACIONAL	12.638.734.648,17	13.604.453.181,05	6.991.617.835,92	10.945.612.233,40	6.714.933.331,66	11.108.553.939,20
	INDICADOR (PIB BRASIL)	0,31%	0,31%	0,15%	0,20%	0,12%	0,18%
ESTADOS/DF (RREO e DIPR - civis e militares, se informados)	RECEITA TOTAL	42.578.529.835,09	42.200.753.561,94	49.042.091.760,59	66.648.555.405,18	62.182.562.747,18	68.167.445.865,25
	DESPESA TOTAL	67.159.153.603,35	75.857.927.356,29	97.217.963.065,55	117.088.317.929,87	123.133.814.608,86	157.801.537.921,24
	RESULTADO OPERACIONAL	-24.580.623.768,26	-33.657.173.794,35	-48.175.871.304,96	-50.439.762.524,68	-60.951.251.861,68	-89.634.092.055,99
	INDICADOR (PIB BRASIL)	-0,59%	-0,76%	-1,01%	-0,92%	-1,05%	-1,44%
UNIÃO (RREO - apenas civis)	RECEITA TOTAL	22.564.396.080,00	22.983.504.950,00	24.577.284.780,00	26.423.825.062,27	26.935.137.717,40	30.696.402.000,00
	DESPESA TOTAL	57.180.946.997,39	59.224.212.105,18	64.484.233.610,46	67.570.489.836,19	64.173.202.100,00	73.778.658.000,00
	RESULTADO OPERACIONAL	-34.616.550.917,39	-36.240.707.155,18	-39.906.948.830,46	-41.146.664.773,93	-37.238.064.382,60	-43.082.256.000,00
	INDICADOR (PIB BRASIL)	-0,84%	-0,82%	-0,84%	-0,75%	-0,67%	-0,69%
TOTAL <small>Obs.: Posição na data de consolidação para o PPA.</small>	RECEITA TOTAL	92.104.607.954,34	96.272.492.259,97	103.529.827.036,99	129.442.978.541,20	128.883.334.171,38	152.090.275.441,63
	DESPESA TOTAL	138.663.047.991,82	152.565.920.028,45	184.621.029.336,49	210.083.793.606,41	220.357.717.084,00	273.698.069.558,42
	RESULTADO OPERACIONAL	-46.558.440.037,48	-56.293.427.768,48	-81.091.202.299,50	-80.640.815.065,21	-91.474.382.912,62	-121.607.794.116,79
	PIB BRASIL	4.143.013.338.000,00	4.402.537.109.407,73	4.768.229.670.000,00	5.485.769.732.000,00	5.797.200.000.000,00	6.220.496.000.000,00
	INDICADOR	-1,12%	-1,27%	-1,70%	-1,47%	-1,60%	-1,95%

DADOS GERAIS SOBRE OS RPPS - PPA - RESULTADO FINANCEIRO

R\$ BILHÕES (Eixo esquerdo e barras) e % PIB (Eixo direito e linhas)



Fonte: SRPPS/SPREV/MF (DRAA)

Observações:

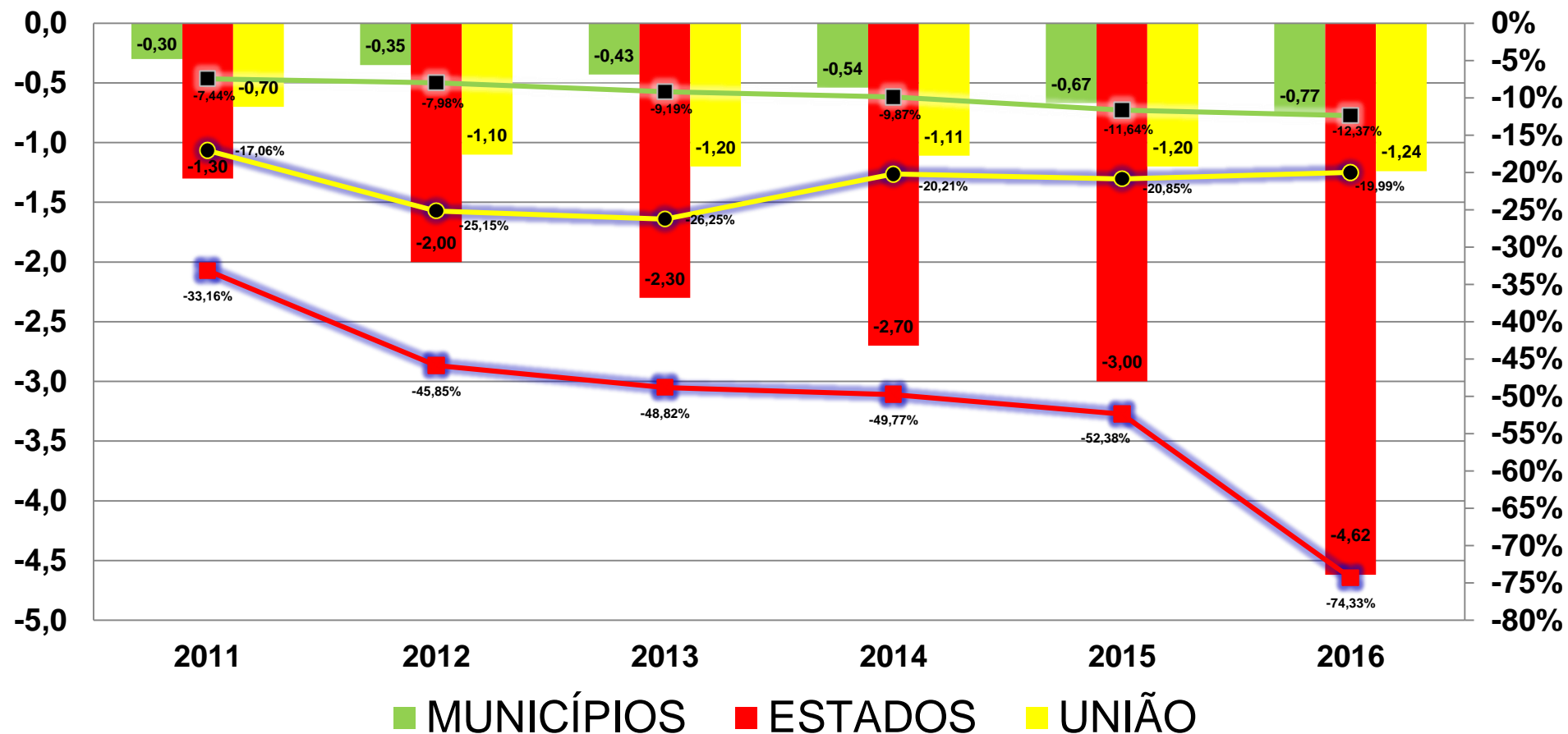
1 - Não inclui militares da União. 2 - Dados apurados na data de consolidação dos indicadores do Plano Plurianual - PPA.

DADOS GERAIS SOBRE OS RPPS - PPA - RESULTADO ATUARIAL

ENTE	INDICADOR EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL	2011	2012	2013	2014	2015	2016
MUNICÍPIOS	RECURSOS GARANTIDORES TOTAIS	41.434.050.583,94	72.262.065.245,02	70.563.840.733,21	94.139.780.404,47	86.186.378.013,90	109.684.906.860,42
	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS	349.605.671.161,82	423.527.607.477,31	508.790.953.793,19	638.918.831.346,78	761.079.615.210,47	878.972.808.766,89
	DÉFICIT ATUARIAL	-308.171.620.577,88	-351.265.542.232,29	-438.227.113.059,98	-544.779.050.942,31	-674.893.237.196,57	-769.287.901.906,47
	INDICADOR (PIB BRASIL)	-7,44%	-7,98%	-9,19%	-9,87%	-11,64%	-12,37%
ESTADOS/DF (civis e militares, se informados)	RECURSOS GARANTIDORES TOTAIS	10.351.016.128,00	95.621.871.347,62	138.359.840.098,52	129.468.232.787,52	92.725.190.291,50	110.872.387.955,66
	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS	1.384.257.666.447,14	2.114.295.168.126,47	2.465.990.898.248,60	2.877.293.501.110,09	3.129.455.305.395,44	4.734.405.421.036,15
	DÉFICIT ATUARIAL	-1.373.906.650.319,14	-2.018.673.296.778,85	-2.327.631.058.150,08	-2.747.825.268.322,57	-3.036.730.115.103,94	-4.623.533.033.080,49
	INDICADOR (PIB BRASIL)	-33,16%	-45,85%	-48,82%	-49,77%	-52,38%	-74,33%
UNIÃO (apenas civis)	RECURSOS GARANTIDORES TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROVISÕES MATEMÁTICAS TOTAIS	706.854.365.728,39	1.107.103.384.388,70	1.251.470.709.504,71	1.115.882.646.028,20	1.208.428.653.500,78	1.243.685.997.472,07
	DÉFICIT ATUARIAL	-706.854.365.728,39	-1.107.103.384.388,70	-1.251.470.709.504,71	-1.115.882.646.028,20	-1.208.428.653.500,78	-1.243.685.997.472,07
	INDICADOR (PIB BRASIL)	-17,06%	-25,15%	-26,25%	-20,21%	-20,85%	-19,99%
TOTAL Obs.: Posição na data de consolidação para o PPA.	DÉFICIT ATUARIAL	-2.388.932.636.625,41	-3.477.042.223.399,84	-4.017.328.880.714,77	-4.408.486.965.293,08	-4.920.052.005.801,29	-6.636.506.932.459,03
	PIB BRASIL	4.143.000.000.000,00	4.402.537.109.407,73	4.768.229.670.000,00	5.485.769.732.000,00	5.797.200.000.000,00	6.220.496.000.000,00
	INDICADOR	-57,66%	-78,98%	-84,25%	-79,85%	-84,87%	-106,69%

DADOS GERAIS SOBRE OS RPPS - PPA - RESULTADO ATUARIAL

R\$ TRILHÕES (Eixo esquerdo e barras) e % PIB (Eixo direito e linhas)



Fonte: SRPPS/SPREV/MF (DRAA)

Observações:

1 - Não inclui militares da União. 2 - Dados apurados na data de consolidação dos indicadores do Plano Plurianual - PPA.

Déficit Atuarial

- O que é um déficit atuarial?
- E as avaliações atuariais anuais obrigatórias por força de Lei?
- Porque os déficits atuariais?
- De ontem pra hoje?

Definição

- Déficit Atuarial:
 - Corresponde à insuficiência de recursos para cobertura dos compromissos dos Planos de Benefícios. Registra a diferença negativa entre os bens e direitos (ativos) e as obrigações (passivos) apurada ao final de um período contábil.

Definição

- Reserva Matemática:
 - Montante calculado em uma determinada data, correspondente aos encargos acumulados, destinado a pagamento futuro de benefícios, considerando as Leis vigentes (regulamento do plano) e o plano de custeio em vigor, que corresponde à diferença entre o valor atual das obrigações com os benefícios do plano e valor atual dos direitos de contribuições futuras destinadas à cobertura destes mesmos benefícios.

Exemplo

- Vamos exemplificar um Déficit Atuarial
 - Servidor: *Sr. Iluminado da Luz*
 - Ingresso no Município: 1997
 - Idade de Ingresso: 40 anos
 - Estado Civil: Viúvo
 - Cargo: Professor
 - Salário Inicial: R\$ 2.000,00
 - Idade de Aposentadoria: 60 anos

Exemplo

Premissas utilizadas na Calculo Atuarial Anual:

- Crescimento Salarial: 1% aa (real)
- Taxa de desconto utilizada: 6% aa
- Tabua Biométrica: IBGE divulgada anualmente
- Aposentadoria por Tempo de Serviço Idade 60 anos

Exemplo

Premissas utilizadas na Calculo Atuarial Anual:

- Valor projetado do Salario Real: R\$ 2.440,38
- Valor da Reserva Matemática de Beneficio Concedidos aos 60 anos = ***R\$364.273,04***
- Contribuição Mensal = 33% (11% Servidor e 22% Ente) corrigida a 6%aa durante 21 anos = ***R\$382.943,94***

Portanto se tudo ocorrer de acordo com as premissas adotadas teremos equilíbrio atuarial no plano.

Exemplo

Premissas reais quando da aposentadoria...

- Valor do Salário Real: (nos últimos 10 anos nova lei de cargo e salário = a cada dois anos aumento real de 2% e quando da aposentadoria acréscimo de 25% no salário) = R\$3.172,78
- Valor da Reserva Matemática de Benefício Concedidos aos 60 anos = **R\$473.597,78**
- Contribuição Mensal = 33% (11% Servidor e 22% Ente) corrigida a 6%aa durante 21 anos = **R\$389.442,57**

Exemplo

Premissas reais quando da aposentadoria...

- E ainda...o *Sr. Iluminado da Luz* faleceu um mês após a sua aposentadoria e embora em seu cadastro estivesse como Viúvo, ele tinha uma companheira 14 anos mais nova a *Sra. Alma Viva da Luz*
- Portanto a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos para a viúva será de **R\$ 573.336,95**

Segundo Déficit Atuarial na Concessão

Exemplo

Equilíbrio Atuarial		Contribuições a 6% aa.	Reserva Matemática de Benefícios Concedidos
Salario Inicial aos 40 anos	2.000,00		
Salario Final aos 60 anos 1% aa	2.440,38	382.943,94	
Valor Beneficio inicial = Ultimo Salario	2.440,38		364.273,04

Exemplo

Desequilíbrio Atuarial		Contribuições a 6% aa.	Reserva Matemática de Benefícios Concedidos
Salario Inicial aos 40 anos	2.000,00		
Salario Final aos 60 anos Lei vigente últimos 10 anos	3.172,78	389.442,57	
Valor Beneficio inicial = Ultimo Salario	3.172,78		473.597,78
Falecimento do Sr. Iluminado			
Valor Beneficio Pensão = Valor do Beneficio	3.172,78		573.336,95

Avaliação Atuarial

- E as avaliações atuariais anuais obrigatórias por força de Lei?

Avaliação Atuarial: estudo técnico desenvolvido com base nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano (Art. 2º, Portaria 403/2008)

Avaliação Atuarial

- E as avaliações atuariais anuais obrigatórias por força de Lei? (cont.)

Define o custo total do Plano e o plano de custeio, ou seja define as alíquotas de contribuição para o equilíbrio do plano.

A implantação das alíquotas não depende do atuário – deve ser implementada em Lei Estadual ou Municipal.

Avaliação Atuarial

➤ Do ponto de vista das exigências legais

De acordo com a LRF - Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal:

- que a **avaliação atuarial** integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 2º, inciso IV) e
- que as **projeções atuariais** deverão acompanhar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao último bimestre (art. 53, § 1º, inciso I)

Composição

➤ Porque os déficits atuariais?

Estrutural:

- Déficit quando da Implantação do RPPS;
- Dados Cadastrais – base de dados de utilização para avaliação atuarial;
- Não aumento de alíquotas (Gestores tinham conhecimento da necessidade e não efetivaram as alterações);
- Atraso e/ou Não repasse de contribuições ao Instituto;

Composição

➤ Porque os déficits atuariais?

Estrutural:

- Aplicações de Leis de Planos de Carreiras – sem a avaliação atuarial prévia;
- Política de investimentos;
- Premissas atuariais não condizentes com a realidade de cada RPPS;
- Concessão de benefícios divergentes da lei do Instituto;

Composição

➤ Porque os déficits atuariais?

Conjuntural:

- Investimentos;
- Acréscimo de concessão de benefícios;
- Judicialização.

Composição

➤ De ontem pra hoje?

Não... O aumento do déficit tem ocorrido notoriamente a partir da última década.

Composição

Estudo recente do IPEA aponta dois motivos para o crescimento desse déficit.

- ✓ O primeiro consiste no forte descompasso entre o rápido crescimento dos servidores inativos (38% na última década) e a estagnação do número de servidores ativos, que apresentou queda de **4%** entre 2006 e 2015.

Composição

- ✓ O segundo fator, é devido a vários estados e municípios terem proporcionado nesse mesmo período, aumento de salário de cerca de **50%** para os servidores ativos, e que por conta da legislação, também foram concedidos aos inativos.
- ✓ Lembrando que a maioria dos servidores inativos ingressaram no serviço público antes de 2004, portanto, não foram atingidos pelo fim da paridade entre as remunerações dos servidores ativos e inativos prevista pela Emenda Constitucional nº. 41 de 2003.

Equacionamento

- Como equacionar os déficits atuais e futuros?

RPPS

Alternativas Equacionamento

- Equacionamento Déficit Atuarial por força legal:
 - Contribuição Extraordinária – Alíquotas ou Aportes (atual déficit)
 - Segregação de Massa (atual déficit)
 - Previdência Complementar (para futuro déficit)

RPPS

Alternativas Equacionamento

Equacionamento do Déficit Atuarial Atual

Segundo as normas vigentes, o déficit atuarial pode ser equacionado de 3 formas:

- a) Alíquotas suplementares em até 35 anos, lembrando que essas entram no cômputo das despesas com pessoal para fins de LRF; **ou**
- b) Aportes suplementares em até 35 anos; **ou**
- c) Segregação de Massas, baseado em estudo atuarial.

RPPS

Alternativas Equacionamento

Segregação de Massas

- Até determinada data de ingresso (data de corte) do servidor no serviço público, separam-se a massa em dois Planos de Benefícios:
 - ✓ Plano financeiro, estruturado em regime orçamentário, com déficit atuarial e financeiro totalmente suportado pelo **Ente** público;
 - ✓ Plano previdenciário, estruturado no regime de capitalização, com a maior parte dos recursos financeiros (ativo);
- Toda administração do Plano (ativo e passivo) deve ser separada;

RPPS

Alternativas Equacionamento

Segregação de Massas

Para a efetivação de Segregação de Massa haverá obrigatoriamente um estudo atuarial para a sua constituição, e com aprovação dos órgãos competentes.

Observa-se que, atualmente existem RPPS que já estão com o plano previdenciário deficitário.

RPPS

Alternativas Equacionamento

Segregação de Massas

- **Ponto importante:** a Segregação de Massas poderá ser revista tecnicamente a qualquer tempo, desde que respeitada a legislação pertinente
- Há a possibilidade de se alterar uma segregação de massa pré-existente mediante a transferência de segurados do Plano Financeiro para o Plano Previdenciário, se este estiver superavitário, com índice de cobertura superior a 1,25, aproveitando-se o excedente desse coeficiente de cobertura.

RPPS

Alternativas Equacionamento

Segregação de Massas

- No Plano Previdenciário o índice de cobertura é obtido pela divisão do ativo do plano pelo total das reservas matemáticas, conforme inciso XXII do art. 2º da Portaria MPS nº. 403/2008.
- Observar as aplicações dos planos (ativos imobiliários com baixa ou nenhuma liquidez, aplicações em projetos de difícil entendimento, fundos falidos e etc.)

RPPS

Alternativas Equacionamento

Segregação de Massas

- Sempre... Estudo atuarial para a transferência de massa de servidores de um plano para outro
- Encaminhar a solicitação ao órgão fiscalizador responsável.
- Aguardar autorização

RPPS

Equacionamento de Déficit Futuro

Plano de Previdência Complementar

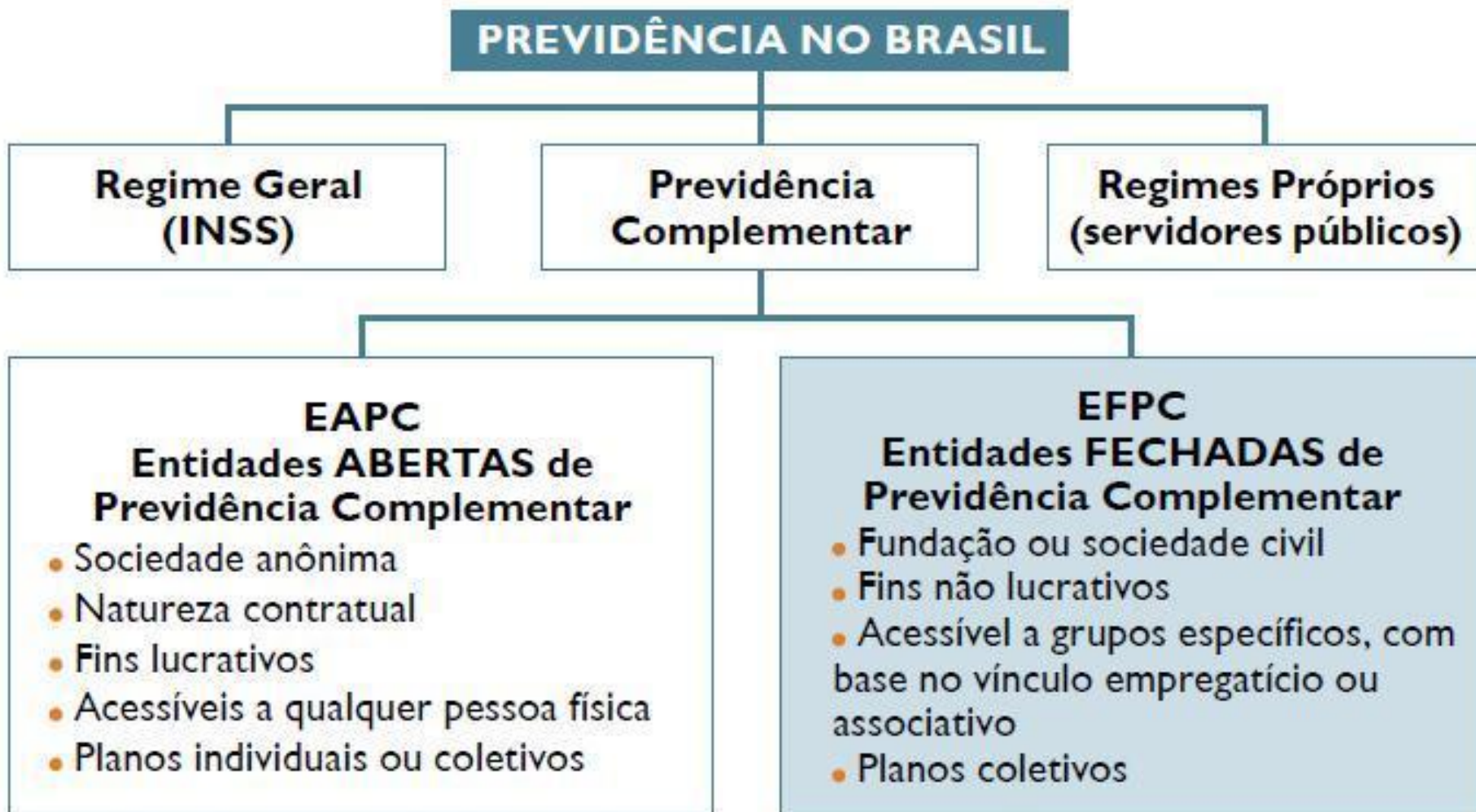
- Como forma de equacionamento de Déficit Atuarial Futuro, pode-se fazer estudos para implantação de Previdência Complementar;
- A Administração do plano de Previdência Complementar pode ser própria ou por adesão a Planos de Previdência já existentes, governamentais ou não.

RPPS

Equacionamento de Déficit Futuro

A implantação da Previdência Complementar terá que ser analisado município a município pois dependendo do tamanho da massa de servidores essa possibilidade só poderá ser efetuada se houver adesão a um Fundo Multipatrocinado, Fundo Estadual ou o Federal.

Estrutura Previdência Atual



Previdência Complementar Funcionários Públicos

- Federal
- Estadual
- Municipal

Previdência Complementar Funcionários Públicos

Em geral os Planos de Previdência Complementar dos Servidores Públicos tem, entre outras, as seguintes normas:

- Adesão do servidor é voluntária;
- O Plano de Previdência Complementar é estruturado em Contribuição Definida;
- A responsabilidade do RPPS até o Teto do Regime Geral (INSS) e a diferença, se houver, ficaria a cargo do Plano de Previdência Complementar.
- Alíquotas ente 4,5% e 7,5%;
- Servidores que recebem abaixo do teto também podem aderir à Previdência Complementar, porém sem a contrapartida do Estado.

Previdência Complementar

Funcionários Públicos Federais

- Início 2012
 - Funpresp – Executivo
 - Funpresp – Judiciário
 - Funpresp – Legislativo

Previdência Complementar

Funcionários Públicos Estaduais

Até 2015 outros dez Estados brasileiros aprovaram a nova lei e alteraram a forma de financiamento das aposentadorias do funcionalismo.

O complemento da contribuição para quem ganha acima do teto do regime geral busca o equilíbrio fiscal previdenciário para os próximos anos, por meio de uma poupança exclusiva fomentada pelo governo e pelos servidores.

O primeiro a implantar o regime complementar foi São Paulo, em dezembro de 2011, mesmo ano em que o governo federal idealizou a nova política

PREVIDÊNCIA NO BRASIL

Lei aprovada em 10 Estados

- Rio Grande do Sul
- Paraná
- São Paulo
- Rio de Janeiro
- Minas Gerais
- Espírito Santo
- Bahia
- Ceará
- Pernambuco
- Rondônia

Projeto de lei para criação

- Santa Catarina
- Distrito Federal
- Pará
- Sergipe

Novo plano em estudos

- Goiás
- Rio Grande do Norte



Fonte: ANO 2015

<https://www.spprevcom.com.br/Noticias/312?titulo=Realidade%20em%20outros%20dez%20Estados%2C%20modelos%20que%20inspiraram%20Previd%C3%A2ncia%20Complementar%20catarinense>

Previdência Complementar - Como Fazer?

- Implantar uma Entidade Fechada de Previdência Complementar;

Ou

- Aderir a Entidades Fechadas de Previdência Complementar já existente;

Ou

- Plano de Previdência Aberta.

Resumindo

Os Municípios e Estados estão na mesma situação, em sua grande maioria, e as soluções legais são as mesmas, visto que a legislação de Regimes Próprios é a mesma a todos.

Ou seja, equacionar o déficit atuarial através de Segregação de Massas, Alíquotas, Aportes e criação de Previdência Complementar (déficit futuro).

Esse último ponto terá que ser analisado município a município pois dependendo do tamanho da massa de servidores essa possibilidade só poderá ser efetuada se houver adesão a um Fundo Estadual ou o Federal.

Desafio RPPS

Medidas que minimizem o impactos nos resultados previdenciários:

- Resolver a crise dos Estados e Municípios passa por uma reforma da Previdência Estadual e Municipal, seja pela idade de acesso, seja pelo valor dos benefícios que precisariam ter um teto como o do INSS, seja por aumento da contribuição enfim revisão na estrutura do Plano de Benefícios.

Desafios RPPS

Medidas que minimizem o impactos nos resultados previdenciários:

- Alterações de Lei de cada RPPS – por força da reforma previdenciária ou não;
- Estudos de aderência de premissas utilizadas nas avaliações atuariais – financeiras/estatísticas/atuariais;
- Alterações de Planos de Cargo e Salário do Ente;

Desafios RPPS

Medidas que minimizem o impactos nos resultados previdenciários:

- Recadastramento;
- Investimentos;
- Avaliação Atuarial – gestão atuarial;
- Auditoria Atuarial

Considerações Finais

- Avaliações Atuariais específicas:

Qualquer que seja o tamanho do Regime Próprio para qualquer decisão de alteração de Lei/ Regime/ Criação de Previdência Complementar/ Equacionamento de Déficit, **sempre** terá que vir acompanhado de um Estudo Actuarial/ Avaliação Actuarial para a demonstração técnica de sua viabilidade.

Considerações Finais

- *IBA e SRPPS*

Iniciamos em 2017 (março) trabalhos técnicos em conjunto para a normatização e entendimentos únicos dos trabalhos atuariais

Em desenvolvimento: Equacionamento de Déficits Técnicos.

- Comitê Técnico de Previdência Publica do IBA

Considerações Finais

- *CONAPREV*

Conforme comunicado na ultima reunião do CONAPREV, haverá alteração na Portaria 403 e para isso será criado um grupo de trabalho, através de publicação de Portaria da Secretaria de Previdência, o qual o IBA indicará 4 (quatro) participantes para compor o time.

Esse trabalho será de grande importância para a o balizamento do entendimento atuarial do mercado de RPPS.

**Agradeço a todos a presença
Sucesso em nossos desafios!**

**Wilma Gomes Torres
Atuária MIBA 539**

w.torres@exactus.com.br

www.exactus.com.br

Tel 11 5083.9734/ 11 99362.8696